

Teorias críticas ao desenvolvimentismo: o caso dos conflitos por terra na Amazônia a partir do Projeto Ferro Carajás

Critical theories to developmentalism: the case of conflicts over land in the Amazon from the Ferro Carajás Project

Marcella Lopes Martins Jaeger*

UFU, Brasil

marcellalmartinsj@gmail.com

Resumo. Por meio de uma revisão bibliográfica sobre o papel da terra nas teorias desenvolvimentistas, procura-se entender o Projeto Ferro Carajás e como ele influencia na reorganização territorial e consequentemente conflitos pela terra. Desta forma, este artigo possui como objetivo geral, explorar o efeito do tratamento dado pela Vale S.A na reorganização da estrutura fundiária da Amazônia brasileira, baseando-se no estudo do Programa Ferro Carajás S11D. Com os dados sobre os conflitos por terra e número de famílias envolvidas, observou-se que em estados onde perpassam o projeto de mineração, sendo principalmente o Maranhão e o Pará, possuem além de altos índices de violência, um aumento significativo de migrações, precarização do trabalho e pobreza. O Projeto Ferro Carajás S11D levou ao acirramento dos conflitos no campo, a migração desordenada, a urbanização sem os serviços públicos de qualidade nas cidades mineradoras, levantando um questionamento sobre o papel das atividades de mineração no desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Desenvolvimento econômico. Mineração e violência no campo.

Abstract. Through a bibliographic review on the role of land in developmental theories, we seek to understand the Ferro Carajás Project and how it influences territorial reorganization and consequently conflicts over land. Thus, this article has the general objective of exploring the effect of the treatment given by Vale S.A in the reorganization of the land structure in the Brazilian Amazon, based on the study of the Ferro Carajás S11D Program. With data on conflicts over land and the number of families involved, it was observed that in states where the mining project runs, mainly Maranhão and Pará, in addition to high levels of violence, there is a significant increase in migration, precariousness of work and poverty. The Ferro Carajás S11D Project led to the intensification of conflicts in the countryside, disorderly migration, urbanization without quality public services in mining cities, raising questions about the role of mining activities in regional development.

Keywords: Economic development. Mining and violence in the countryside.

* Universidade Federal de Uberlândia. Avenida João Naves de Ávila, 2121, Uberlândia, 38408-144, Minas Gerais, Brasil.

Introdução

Os conflitos por terra na região estão ligados à reorganização de territórios e espaços, orquestrados por meio das ações governamentais e de interesses dos agentes privados, além das explorações clandestinas das riquezas territoriais. Tais questões acirram os problemas ambientais e os direitos territoriais das comunidades e dos povos originários, enfraquecendo suas identidades coletivas e delimitando as terras em que eles historicamente ocupavam e controlavam. Em 2013, o Projeto Ferro dos Carajás S11D conseguiu a licença para a expansão da exploração de minério na Amazônia Legal, o que acarretou na aceleração da aproximação com as áreas de povos tradicionais, mudando suas formas de viver e elevando dos conflitos por terra. Provocando uma mudança no modo de viver que desencadeou efeitos não somente sobre as comunidades que foram retiradas de suas terras, mas para aqueles que foram obrigados a residir próximo de ferrovias, dada a questão do barulho, mudança de paisagem e impactos nas estruturas das casas próximas. Isso em um ambiente onde a estrutura fundiária é concentrada e segue mantida em grande medida por conta das políticas agrárias, que se dão por meio de colonização de novas terras (TOURNEAU; BURSZTYN, 2010) e não redistribuição.

Somando-se os problemas acima com os conflitos ambientais, causados pela expansão das fronteiras agrícolas, resultantes de incentivos públicos e sem consentimento das populações locais (JUNIOR; SILVA, 2015), ocorre um aumento na entrada de novas atividades de grande impacto ambiental (SAUER; PIETRAFESA, 2013). Essas atividades são decorrentes de invasões territoriais clandestinas, da flexibilização das leis ambientais, construção de estradas – essas, legalizadas ou não, pois induzem ao aumento de queimadas, de mudanças no uso da terra e da concentração latifundiária (BERMANN; DOMINGUES, 2012). Logo, passou-se a

registrar uma elevação de conflitos por terra, o assoreamento dos rios, desmatamento, expropriação de terras e assassinatos no campo. Esses aspectos se intensificaram com a implementação do novo código florestal em 2012 (LAUDARES; SILVA; BORGES, 2014), onde observou-se um desmatamento mais intenso em áreas desprotegidas que chegam a dobrar quando comparadas a áreas de proteção ambiental e cultural (FERREIRA; ALMEIDA; VENTICINQUE, 2005a).

Neste cenário, estudiosos vêm discutindo que as áreas protegidas podem contribuir para garantir a preservação socioambiental da Amazônia e os efeitos que essas questões apresentadas trazem de obstáculos para um desenvolvimento sustentável. Este artigo, portanto, têm o objetivo geral de explorar o efeito do tratamento dado pela Vale na reorganização da estrutura fundiária da Amazônia brasileira. Na qual é a concentração fundiária é um problema sustentado pelo Estado e que vem perpassando por gerações, gerando pobreza. A importância de descentralizar essa estrutura para que haja desenvolvimento foi destacada por Ramos (2001), que direcionou como solução uma reforma agrária. Por outro lado, o autor ressalta que as dificuldades para o prosseguimento à reforma agrária estão ligadas ao fato de a terra ser usada como meio de especulação e a não diferenciação entre os agentes sociais, isto é, os agentes governamentais na maioria das vezes são os próprios proprietários de grandes áreas territoriais.

Svampa (2008a) argumenta que a expansão do capital pelo modelo agroexportador e a presença de grandes empresas desencadearam graves consequências, tais como: disparidades sociais, problemas ambientais, além da intensificação dos conflitos por terra. Sendo assim, a autora coloca como necessidade uma agenda política voltada para o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, para Almeida (2012a) está havendo

uma maré de proteção ao mercado, alegando que as ações governamentais que historicamente estão sendo implementadas nos programas e planos desenvolvimentistas na Amazônia têm como direção a desregulamentação e invasão nos direitos do uso de territórios das populações originárias

A metodologia usada neste artigo é a bibliográfica, utilizando-se de obras de autores como Celso Furtado, Svampa, Pedro Ramos, Abramovay entre outros, que demonstram peculiaridades e barreiras de localidades com grande desigualdade, tendo o intuito de contextualizar o que vem sendo escrito sobre o papel da terra nas teorias desenvolvimentistas. Também houve uma coleta de dados, por meio de relatório de pesquisa (FURTADO; FAUSTINO, 2013a), fontes da Vale, Comissão Pastoral da Terra e outros, para investigar a implementação e os efeitos do programa S11D na Amazônia brasileira. Para assim, confrontar os efeitos deste projeto no conflito por terra na Amazônia brasileira nos problemas enfrentados na região que desencadearam a violência no campo e impediram um desenvolvimento sustentável.

Além desta introdução, este artigo está estruturado em tópicos onde serão contextualizadas as teorias alternativas ao desenvolvimentismo, apresentado o Projeto Ferro Carajás S11D implementado pela Vale na Amazônia em 2013, dissertando sobre suas principais premissas, objetivos e consequências no tratamento dado à questão agrária. E por fim, serão contextualizados os conflitos por terra no período, apresentando as mudanças na constituição da violência no campo e dados sobre o número de famílias envolvidas.

O papel dos agentes na definição do tratamento da questão agrária no Brasil: O caso da Amazônia

A dinâmica de exploração capitalista é bastante diferenciada e possui um alto grau de dano a temas sociais e ambientais. Portanto, Loureiro e Pinto (2005) apontam que o projeto de desenvolvimento da Amazônia está fundamentado “na exploração predatória da natureza”, com o crescimento da exploração de madeira, criação de gado. Permitindo-nos acrescentar as explorações não citadas, mas que estão presentes na região, como por exemplo, a expansão da extração de minério, das fronteiras agrícolas – principalmente a soja – e até mesmo o fato de a terra ser usada como meio de especulação.

Na direção desta exploração capitalista, Ferreira, Almeida e Venticinque (2005b) avaliam que as áreas protegidas constituem a forma de ocupação territorial da Amazônia que tem freado o desmatamento da Amazônia brasileira, dado a elevação das atividades econômicas baseada em recursos naturais. De acordo com a avaliação dos autores, é principalmente com a abertura legal ou clandestina de estradas onde os desmatamentos na região acontecem, pois permitem mais facilmente a exploração predatória de madeiras nobres. Apontando em seus estudos que as variações entre terras protegidas e desprotegidas sobre desmatamento nos três estados da Amazônia brasileira que mais desmatam – Rodônia, Mato Grosso e Pará – são exorbitantes e chegam a dobrar de uma para outra. Logo, as áreas protegidas atuam no contingenciamento e até mesmo de barreira para a elevação do desmatamento na Amazônia. Não é por acaso então, que para Svampa (2008b) a presença de grandes transnacionais atuando na exploração dos recursos naturais impulse e unifique a luta pela terra com os movimentos das

populações tradicionais por um desenvolvimento sustentável.

Trindade (2019) explica os impactos ambientais da atuação capitalista na exploração da região amazônica por meio do termo “acumulação por espoliação”, que é uma prática de reformados ciclos de exploração da produção em busca recorrente pelo aumento do lucro, que necessita vastas áreas territoriais para se conceber e a Amazônia brasileira é um desses espaços. Sendo assim, aponta que o desenvolvimento econômico pode ser prejudicial para um país ou uma região, pois como no caso da Amazônia brasileira, trouxe graves problemas ambientais, reduziu suas tradições e herança cultural. Isso porque está fundamentado quase que inteiramente na exportação de bens primários, com o exemplo da intensa extração mineral, em que são mais de 25% do total de bens exportados. Neste cenário, a Vale S.A. possui um papel fundamental (FAUSTINO; FURTADO, 2013b).

Malheiro (2019a) afirma através de uma observação histórica, que o Estado brasileiro vê a Amazônia como um espaço isolado do Brasil. Isso levando em consideração as políticas implementadas, o olhar de inferioridade, imaturidade, de não civilizada que a mesma recebe pelas autoridades, excluindo toda sua cultura local e a falta de soberania nacional em prol do desenvolvimento. Fabricando uma nação, que é incentivada por meio de grandes projetos de infraestrutura para industrializar, onde transformam violentamente a organização espacial, a povoando. Respalhando-se:

Na experiência amazônica, que, inclusive, amplia seu escopo, uma vez que o envolvimento da mineração ao projeto de constituição da nação no Brasil abriu um espaço de indiferença ou uma justificativa de necessidade de não apenas construir sistemas normativos especiais, mas de desobedecer às leis em nome da lei (IDEM, 2019: 81).

Projeto Ferro Carajás

O Programa Grande Carajás implementado na Amazônia em 1985, vem como mais um símbolo do processo ao qual estavam designando a Amazônia, objetivando aumentar as exportações a qualquer custo e por meio de projetos de infraestrutura básica. Foi por meio do Estado no Programa Grande Carajás que se deu a construção de estradas, ferrovias, hidrelétricas, portos, que incentivaram e solidificaram a exploração de minério de ferro na Amazônia para fins de exportação, levando a ao empobrecimento dos povos locais e ao surgimento de novos municípios. Consequentemente essas disputas territoriais do Estado com e para os agentes privados, levou a um aumento dos conflitos socioambientais da empresa Vale com os povos locais, sendo estes positivamente relacionadas com a elevação nas exportações. Logo, observa-se uma relação linear entre a implementação desses grandes projetos na Amazônia, a violência rural e a manutenção da estrutura fundiária concentrada, que acarretam na deteriorização da alimentação local. Isso ocorre porque, o programa levou a redução quase que ínfima da agricultura camponesa por interesses meramente comerciais e especulativos, aumentando a desigualdade quanto aos apoios estatais entre os grandes latifundiários e os pequenos agricultores. (NOGUEIRA; PENHA, 2015a)

A partir dele tornaram-se presentes várias questões envolvendo o próprio território, as políticas, a economia e os debates sociais. Demonstrando com todas estas questões acima a complexidade que a mineração desencadeou (PALHETA e tal, 2017a). O projeto Ferro Carajás S11D abarcado pelo Programa Grandes Carajás e implementado pela empresa Vale S.A no município de Canaã dos Carajás, possuía o discurso de desenvolvimento econômico, social e ambiental. Foi o maior investimento da empresa e é considerado o maior da indústria global de minério de ferro,

concentrado na exploração da mina S11D, a grande protagonista da Vale. A mina S11D após anos de negociação é liberada a partir de 2012 quando conseguiu a licença emitida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que permitiu ampliar grotescamente a extração de minério de ferro no complexo minerador de Carajás a partir de 2016. Nesse sentido, o projeto S11D visava a abertura de uma nova mina para extração de minério, com o intuito de forçar outras obras de infraestrutura para possibilitar o escoamento do aumento da produção, facilitando o licenciamento. Ou seja, com a elevação da extração de minério de ferro utilizando a mina, desencadeou na necessidade de transportar o mesmo, por meio de aumentos no número de viagens dos trens na ferroviária e a construção do Ramal Ferroviário do Sudeste do Pará. Construindo assim, uma ligação do km 858 da Estrada Ferro Carajás no município de Paraupébas ao município de Canaã dos Carajás onde localiza-se a mina do Projeto Ferro Carajás S11D. Perpassando por diversos assentamentos, comunidades tradicionais e atraindo diversas obras de infraestrutura, o que modifica bruscamente a região como um todo. Acarretou também em uma crescente migração de desempregados em busca de trabalho, que consequentemente leva a um aumento na arrecadação de tributos dos municípios. Porém, essa migração ocorreu sem a vontade da empresa, provocando mais uma vez o aumento dos conflitos socioambientais. Dirigindo-se assim para o aumento dos conflitos por terra, tanto para seu acesso, quanto pela forma com a qual o projeto atinge as comunidades próximas gerando, por exemplo, alagamentos pela falta de drenagem na construção da Estrada de Ferro Carajás. (FAUSTINO; FURTADO, 2013c).

Esse fluxo migratório para as cidades mineradoras impacta no crescimento de centros urbanos essencialmente nas áreas

mineradoras, gerando para esses novos habitantes um processo de ocupação que está sujeito a diversos problemas, pois, além dos conflitos com os povos locais, essas regiões dependentes de dinâmicas de exploração voltadas para o mercado externo levam a uma periferização da cidade. A nova reorganização levou a exigência da sociedade de novas demandas, como escolas, postos de saúde, bancos e outros, que por sua vez, desencadeará na expansão dos municípios e bairros que surgiram a partir desta migração em busca de trabalho e qualidade de vida de agentes apenas com baixa qualificação (PALHETA e tal, 2017b). Nogueira e Penha (2015b) destacaram que o nível de desempregados é maior nos 27 municípios que são cortados pela Estrada Ferro Carajás e que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é também bem alarmante, logo o projeto é respaldado apenas na ideia do desenvolvimento. As empresas exploradoras de recursos naturais, principalmente do setor mineral, e o Estado, ancoram-se no saldo positivo do comércio regional, argumentam que o setor mineral representa 20% da indústria (SANTOS, 2017a).

Em Carajás, necessitou-se da construção de um complexo minerador para a extração e processamento do minério de ferro da mina S11D. E segundo a empresa Vale, foi conduzido um projeto na direção de seu discurso sustentável, com a construção de um complexo com um sistema de correias transportadoras de minério, dispensando a necessidade de caminhões para o transporte do minério e com 80% de processamento a seco, onde retira a necessidade de barragens de rejeitos. Desencadeando com essas ações a redução dos custos e riscos futuros perante a empresa Vale. Com o objetivo de ampliar as exportações, devem ser assegurados os mecanismos de escoamento desta produção e a expansão das malhas ferroviárias demandadas pelo aumento da exploração de minério, que é por sua vez, garantida pela “definição de regras especiais para a

exploração e pela desregulação e ataque aos direitos territoriais e legislações ambientais” (MALHEIRO, 2019b: 92). A mineração é tida como o caminho primordial para o desenvolvimento regional, por meio de grandes projetos e da demanda internacional. Visto que:

A exploração mineral na Amazônia historicamente foi empreendida como uma necessidade e uma urgência de Estado para a realização da segurança ou do interesse nacional. Entretanto, os motores econômicos e políticos dessa dinâmica são marcados por processos de acumulação subordinados à acumulação capitalista externa, na velha fórmula colonial em que a demanda internacional, bem como seus capitais de investimento, definem nosso papel econômico dependente na roda da economia globalizada. Portanto, as distintas experiências de exploração mineral na Amazônia expressam a inserção subordinada do Brasil na economia internacional, como uma escolha da classe dominante para não perder privilégios e empreender processos de acumulação marcados pela violência, de modo a levar a cabo seus interesses a qualquer custo, chamando sua subordinação de interesse nacional (IDEM, 2019: 97).

Visão sobre a Amazônia para formulações de políticas públicas

Almeida (2012b) acusa a existência de uma proteção ao mercado, justificado com base nos planos desenvolvimentistas realizados na Amazônia, voltados para o crescimento econômico alicerçado majoritariamente em bens primários sem um zoneamento ecológico-econômico. As ações governamentais alinhadas com os interesses privados na Amazônia encaminham para uma reorganização territorial “que não constitui um produto mecânico da expansão gradual das trocas”, pois está direcionada para a comercialização de terras e recursos naturais em detrimento de um desenvolvimento realmente sustentável, prejudicando os povos tradicionais e a preservação das riquezas

naturais. Esses planos possuem horizontes de curto prazo e acarretam um aumento célere dos conflitos por terra, ocasionados pelo mercado de terras que é privilegiado pelo poder executivo, administrativo e judiciário. Nesse sentido, podemos utilizar da classificação de Santos (2017b) sobre este estado, sendo uma entidade responsável pela criação do espaço de legitimidade dos reguladores não estatais, ou seja, um estado patrimonialista.

E diante da apresentação e revisão bibliográfica sobre o Projeto Ferro Carajás e seus desdobramentos na Amazônia, podemos considerar que a visão que se tem dela é ainda colonial, atrasada. Porto-Gonçalves (2018a) vai resumi-las em tópicos, dos quais são eles:

I – Amazônia como natureza prístina; II – Amazônia como vázio demográfico; III – Amazônia como “reserva” e fonte inesgotável de recursos; IV – Amazônia como região do futuro (PORTO-GONÇALVES, 2018b, p.25).

Portanto, reconhece que a interpretação que se tem da Amazônia não é a que se apresenta mais, e sendo assim acarreta a implementação de políticas públicas equivocadas e que se diferem da necessidade e singularidade da qual a Amazônia merece. A ideia de natureza primitiva fundamenta o entendimento de que a Amazônia deve ser “civilizada/dominada”, por uma cultura e homem que não o que a mesma está acostumada, mas sim aquele que garante a manutenção de um capitalismo “moderno-colonial patriarcal”. E na mesma linha a visão de vázio demográfico, vem para justificar as políticas de colonização que são feitas em larga escala e com mero sentido de povoar. A imagem de reserva e fonte inesgotável de recursos, é vista no processo de exploração devastador implementado na Amazônia, solidificado na forma de desenvolvimento que explora em larga escala os recursos naturais como se fossem infinitos. Colocando em prática seu papel de região do futuro, impondo para a mesma

um padrão de exploração que pela sua velocidade demonstra a maneira impositiva imposta, onde ignora qualquer relação entre o território e a cultura (PORTO-GONÇALVES, 2018c).

No que tange aos projetos minerários para região amazônica verifica-se que foram desenvolvidos fora dela e por agentes que não consideram as peculiaridades do território e dos povos que nela habitam. Tais projetos trouxeram desenvolvimento e progresso para a Amazônia como afirmam os empresários, porém esta reorganização do território pelo homem levou a piora da condição social na região. Pois, os povos tradicionais, utilizam-se dos territórios que permanecem por gerações não apenas para subsistência, mas também como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral, política e econômica, mantendo suas práticas tradicionais. Araújo e Belo (2009a) afirmam que:

Verifica-se, assim, que, historicamente, a implantação dos grandes projetos está ligada à exploração territorial e degradação ambiental da Amazônia, pautada em um discurso de desenvolvimento e modernização, mas ocasionando problemas socioambientais à população que nela reside (IDEM, 2009: 271).

Visto que, a expansão da extração de minério e a forma pela qual optou-se para explorá-lo, parte da violência, retirada de direitos e do modo de viver dos povos que historicamente ocupavam o território. Isto porque, com o Projeto Ferro Carajás S11D, desencadeou a ampliação da Estrada Ferro Carajás e outros projetos de infraestrutura, levando mais uma vez a reorganização territorial, para suportar o aumento da produção e migração de novas famílias em busca de empregos. Loureiro (2014a) afirma que esses grandes projetos para os países periféricos se inserirem no mercado internacional, leva a um preço muito caro pelo alto endividamento, perda da identidade cultural dos locais. Isso porque a

retirada dos moradores das regiões dos projetos, desencadeia na migração para outras regiões, dando origem a cidades mais pobres, com baixa qualidade de vida, desemprego e subemprego.

Formas de violência e conflitos no campo a partir do Projeto Ferro de Carajás S11D

A mudança na organização territorial da Amazônia causada pelos grandes projetos, desdobram em problemas para os habitantes locais que se utilizavam da extração de recursos naturais para a subsistência, pois, passam a encontrar dois empecilhos, a nova forma de ocupação e o novo modo de utilização do território pela forte entrada de empresas e pessoas em busca de trabalho (ARAÚJO; BELO, 2009b).

As comunidades tradicionais da Amazônia brasileira sofreram graves danos socioambientais pela ação da Vale em seus territórios, onde foram arrancadas à força, privadas de informações – que muitas das vezes foram distorcidas – para a sobrevivência e permanência das comunidades em torno dos trilhos. O que desencadeou na falta de segurança e ausência de direitos pelos povos rurais, além garantir força à Vale perante o processo de regularização de terras destas comunidades, visa uma urbanização acelerada por meio da migração em busca de trabalho. E esse processo de urbanização desencadeia na alteração territorial e social local, o que gera dificuldade e uma barreira para a incorporação dos locais perante o novo sistema regional, dificultando a possibilidade de manter suas identidades/costumes e permanência em terras que historicamente ocupavam. Isso porque, com a regulamentação de terras dos agentes privados e a poluição da floresta, gerou-se barreiras a mais para a continuidade de trabalhos dos originários, o que implica no modo de viver dos mesmos

com relação a saúde, alimentação, entre outras questões (FAUSTINO; FURTADO, 2013d).

A violência é também aparece na discrepância entre os gêneros, onde as mulheres presenciam uma piora na vida das mesmas e dos jovens, vistas nos casos de abusos sexuais concorridos, aumento nos casos de doenças sexualmente transmissíveis, segregação racial, precarização do trabalho, entre outros. E mais de modo geral ocorreu a privação da liberdade de viver como estão acostumados, pois a Vale de forma autoritária utilizando de mecanismos de persuasão altera a independência dos locais e usa de violência contra os líderes e originários que resistem – sendo elas na forma de ameaças, perseguições, espionagem entre outros. E nesse cenário, o poder público por meio de legitimar a atuação da grande mineradora, também facilita a exploração de mineração em territórios de povos tradicionais – 25% da Amazônia é terra indígena –, pois, são terras ricas em minério e localizadas no centro da exploração mineral, o que gera o interesse da Vale S.A. em as explorar. Sendo assim, Faustino e Furtado (2013e) destacam:

Nesse contexto, o Estado brasileiro tem um papel central. Por um lado, ele é agente ativo no aprofundamento de um modelo de desenvolvimento concentrado na expansão de mega indústrias que dependem da extração de recursos naturais e do domínio de amplos territórios, como é o caso da mineração. Por outro lado, ele tem uma atuação pífia no seu papel de garantidor, defensor e promotor dos direitos (IDEM: 24)

Loureiro (2014b) afirma que os conflitos por terra são decorrentes das grilagens de terra, venda ilegal de terras – com ou sem habitantes nela –, do processo de colonização dirigida em tempo mínimo, das falências de programas de reforma agrárias, ações judiciais com despejo de posseiros, da reação com o trabalho escravo e pela manutenção da posse de terras ou de sua conquista. Sendo assim, os conflitos são

vistos como o resultado da elevação da consciência de classe perante os projetos de desenvolvimento e demais agentes sociais e da participação dos países periféricos no mercado global.

No projeto de desenvolvimento brasileiro, pautado na exploração do campo, não há espaço para que as comunidades locais e agentes organizados destas sociedades tenham voz no processo decisório das políticas públicas e intervenções dos agentes privados. Logo, comunidades originárias de várias localidades da Amazônia sofreram também com grilagens e expropriação de terra que foram estimulados pela implementação de infraestrutura na região, que conseqüentemente atraiu empresas exploradoras de recursos naturais e grandes fazendeiros (NOGUEIRA; PENHA, 2015c).

Nogueira e Penha (2015d) disseram que o aumento dos conflitos territoriais vai em direção duplicação da Estrada de Ferro Carajás, por conta do projeto Ferro Carajás S11D, acarretando além da poluição sonora pela enorme elevação na quantidade de trilhos e viagens, remoção comunidades, pois, houve um aumento grotesco também nas denúncias de violações:

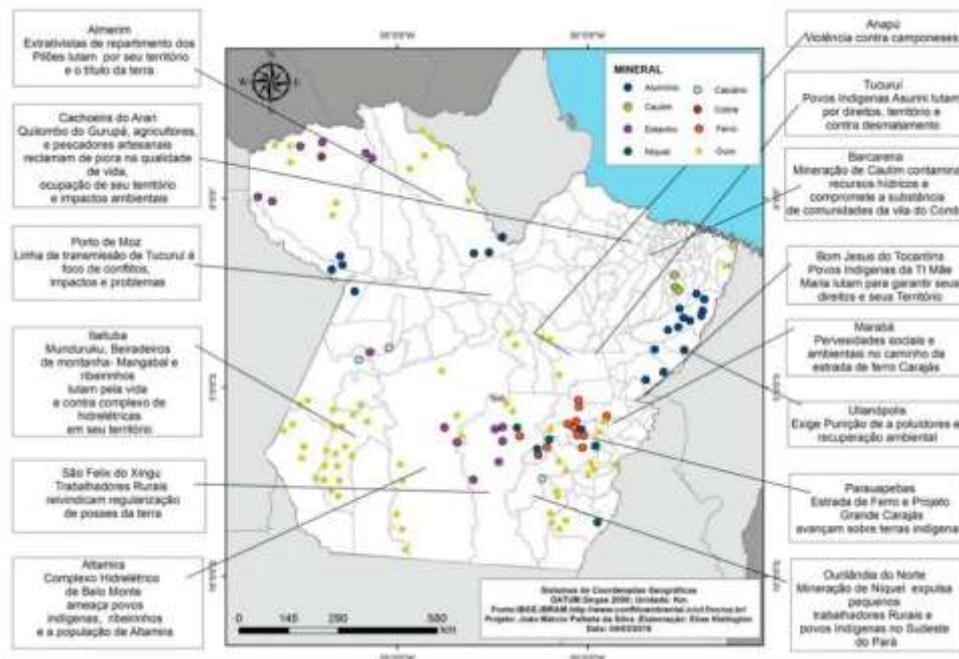
Desde danificação da estrutura das casas, atropelamento de animais, de pessoas, poluição pelo minério de ferro transportado, ameaças, desapropriações e até mesmo assassinatos. Em toda área da EFC existem 152 comunidades prejudicadas, onde há projetos de assentamentos, vilas, comunidades quilombolas, bairros e povoados (IDEM: 221).

As violências para com os povos tradicionais, se perpetua até o presente momento e a atuação dos projetos de mineração, intensifica os conflitos no campo. Em 2012, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2013), 816 conflitos de terra foram registrados, 36 envolvem a indústria de mineração, afetando 3.705 famílias. Dos 36 casos, 24 ocorreram no Maranhão, afetando 1.653 famílias, em

decorrência da duplicação da Estrada Ferro Carajás. Ainda segundo a mesma fonte de dados, no ano de 2013, no Pará, houve 89 ocorrências, abrangendo 8.836 famílias que, desse total, 217 foram expulsas de suas terras e 710 despejadas, equivalendo um aumento de 274% nos despejos em relação a 2012. No Maranhão houve 152 ocorrências,

abrangendo 7.746 famílias que dessas, 62 foram escoraçadas e 358 despejadas. Podemos atribuir estes fatos a decorrência do Projeto Ferro Carajás S11D, que perpassa por estas regiões e observando o mapa com a localização das jazidas e os conflitos gerados, se torna ainda mais explícito:

Figura 1. Mapa de localização de jazidas e os conflitos gerados.



Fonte: Revista Mercator, 2017.

O mapa acima, demonstra que as atividades minerais estão fundamentadas na acumulação por espoliação, o que demonstra a fragilidade e irresponsabilidade do discurso de comprometimento com questões socioambientais no qual a empresa Vale se apropria (PALHETA e tal, 2017c: 14). Visto que:

Processos como a remoção forçada de povos tradicionais e cidadãos em geral, dificuldade de avançar no reconhecimento da posse da terra e de garantir uma política eficiente de regularização fundiária aos povos tradicionais e pequenos agricultores, aumento da violência no campo, na cidade e pelo controle das áreas de jazida de extração

garimpeira, segregação socioespacial, periferização nas cidades e hipertrofiação dos serviços públicos são características recrudescidas e intensificadas constantemente, mostrando que a atividade mineradora avançou historicamente na região, a partir da combinação entre o processo de acumulação primitiva permanente do capital e o processo de acumulação por espoliação. Nos espaços em que a atividade não avança sob o signo da força e violência, ela avança como um saque legitimado por uma estrutura política e jurídica que, em geral, deixa muito pouco para as comunidades locais, além das crateras e impactos ambientais, é claro (IDEM, 2017: 14).

Conflitos no campo e número de famílias envolvidas

Em uma análise dos conflitos por estados na Amazônia brasileira, pertencente ao

período de 2000 a 2017 está disponível pela Comissão Pastoral da Terra, os seguintes dados nas tabelas abaixo.

:

Tabela 1. Estados da Amazônia Legal com maior número de conflitos no campo

Estado	Número de Conflitos	%
Maranhão	197	20,1
Rondônia	191	19,5
Pará	142	14,5
Tocantins	135	13,8
Mato Grosso	97	9,9
Amapá	81	8,3
Amazonas	66	6,7
Acre	57	5,8
Roraima	14	1,4
Total	980	100

Fonte. Articulação das CPT's Amazônia, 2017. Org. GHCF.

Tratando-se do mesmo período, a tabela abaixo mostra os estados com maior número de famílias envolvidas e mais uma vez os

destaques estão no Pará e Maranhão, locais fortemente afetados pelo Projeto Ferro Carajás S11D.

Tabela 2. Estados da Amazônia Legal com maior número de Famílias envolvidas em conflitos no campo

Estado	Número de Famílias	%
Pará	20.498	20,8
Rondônia	17.099	17,4
Maranhão	16.252	16,5
Mato Grosso	14.502	14,8
Amazonas	11.806	12
Acre	6.281	6,4
Tocantins	5.453	5,5
Amapá	4.026	4,1
Roraima	2.483	2,5
Total	98.400	100

Fonte. Articulação das CPT's Amazônia, 2017. Org. GHCF.

Abaixo, observando os números de conflitos dos municípios mais violentos, verifica-se que os conflitos por onde passam os projetos de infraestrutura que consolidam o Projeto Ferro Carajás S11D, sendo eles, a Usina Hidrelétrica Tucuruí, o caminho da Estrada Ferro Carajás e o Porto de Ponta da Madeira em São Luiz, elevam os

conflitos territoriais e a má qualidade no modo de vida nos municípios. Mesmo não sendo apenas ocasionado por estes grandes projetos, com eles vem a migração de desempregados em busca de trabalho para o município e seus vizinhos, elevando a pobreza, a desigualdade social e consequentemente os conflitos.

Tabela 3. Maranhão – nº de conflitos no campo e famílias envolvidas

Municípios	Número de Conflitos	Número de Famílias
Codó	13	589
Belágua	11	374
São Luís	10	1.377
Duqueza Maria	10	1.331
Paragominas	10	211
Serra do Marizão	9	280
Mirandó	8	126
Serra do Carão	7	1.182
Barro Preto	5	1.213
Santa Inês	5	422
Matão	5	201
Santa Helena	5	163
Santa Rita	5	341
Itaipava	4	1.044
Matão	4	382
Bom Jardim	4	154
Urbanos Santos	4	103
Tombador	3	178
Domotoma	3	223
São Vicente Ferrer	3	200

Fonte. Articulação das CPT's Amazônia, 2017. Org. GHCF.

Outro estado que é interessante de observar os principais municípios é do Pará, pois, também tem seu sudeste afetado pelo projeto, principalmente, pelo fato do complexo mineral ser localizado nele. Sendo assim, organizei uma tabela na qual consta os municípios mais afetados por conflitos no campo no sudeste do Pará e comparado relativamente com o estado do Maranhão, possuem o mesmo percentual de conflitos. Entretanto, o estado do Pará é tradicionalmente objeto de expansão da

classe dominante, a trabalho do agronegócio e das mineradoras, onde demandam uma maior concentração de terras, instrumentos legais e mais obras de infraestruturas que facilitam a exploração em larga escala com reduzido tempo e custo. Isso é visto por que, em uma pesquisa feita pela Comissão Pastoral da Terra constou que 80% das áreas desta região afetadas pela mineração são pertencentes a comunidades originárias e assentamentos.

Tabela 4. Pará – nº de conflitos no campo e famílias envolvidas.

Municípios	Número de Conflitos	Número de Famílias
Conceição de Araguaia	12	518
Santana do Araguaia	4	537
Marabá	3	800
Carionópolis	2	360
Xinguara	2	272
Pau D'Arco	2	115
Tucuruí	2	115
Rondon do Pará	2	100
Eldorado Carajás	1	390
Bom Jesus	1	420
Floresta Araguaia	1	60
Abel Figueiredo	1	60
Goiandésia	1	60
Breu- Branco	1	45

Fonte. Articulação das CPT's Amazônia, 2017. Org. autora.

Um terceiro estado é o do Tocantins, no qual dos 20 municípios com maiores índices de conflitos, 11 são do norte do estado, que

é território da Amazônia, onde localiza-se o Projeto Ferro Carajás S11D.

Tabela 5. Tocantins – nº de conflitos no campo e famílias envolvidas.

Municípios	Número de Conflitos	Número de Famílias
Araguaína	8	431
Araguatins	5	298
Barra do Ouro	5	197
Babaçulândia	5	152
Campos Lindo	4	136
Esperantina	4	120
São Bento do Tocantins	4	106
Carrasco Bonito	3	249
Waldorândia	3	168
Filadélfia	3	79
Santa Fé do Araguaia	3	29

Fonte. Articulação das CPT's Amazônia, 2017. Org. autora.

Conclusão

A direção histórica das políticas e processos de conquista de terra na Amazônia legitimam a retirada de direito dos povos tradicionais, o desmatamento e a concentração de terras, mesmo com todo aparato legal e pressão externa que vem se formando.

É com base nas teorias do desenvolvimento tradicional, que são formuladas as políticas agrárias em torno da Amazônia. Pautadas e estimuladas para o mercado internacional, que reforçam nossa posição na divisão internacional do trabalho e que nada desenvolvem internamente. Observei que os mecanismos utilizados para assegurar essa exploração em larga escala de nada serviram e nem tinham o intuito de servir, para desenvolver socialmente nem economicamente a Amazônia brasileira. Pois, o interesse é a atração de capital internacional e geração de riqueza no curto prazo, usando a riqueza territorial contra as populações atingidas pelos grandes projetos e dispensando o pensamento de conservação e preservação socioambiental necessário. Confirmamos isso, observando que as políticas seguem os interesses das empresas e grupos de poder, auxiliados para a exploração mineral no território da Amazônia pelos três poderes e financiado internamente pelo BNDES, sem nenhuma preocupação ética, moral ou ambiental com os territórios e populações locais, que vêm

sendo abruptamente massacrados pelo projeto de mineração. Nesse sentido, há uma ausência de preocupação com os custos futuros com relação a exploração em larga escala de recursos minerais na Amazônia – se é que podem ser medidos, já que há custos, principalmente considerando os diversos elementos impactados direta ou indiretamente pela mineração não podem ser monetizados –. Visto que muitas questões afetam não só as gerações atuais, futuras, mas também as anteriores, por meio da história e da memória dos territórios.

Este artigo visou mostrar que é necessário compreender a região como uma unidade de um povo e de uma natureza únicos no mundo. Visto que, os desdobramentos do Projeto Ferro Carajás S11D levou ao acirramento dos conflitos no campo, a migração desordenada, a urbanização sem os serviços públicos de qualidade nas cidades mineradoras e me fizeram questionar sobre o papel das atividades de mineração no desenvolvimento regional. Sendo assim, entendo que para a Amazônia os projetos devem respeitar as suas diferenciações e ser encaminhadas por um Estado mais humanizado, igualitário e integrado com a sociedade local. E para alcançar esse desenvolvimento sustentável, é imprescindível se atentar a questões sociais, culturais, espaciais, ecológicas e obviamente econômicas. Uma vez que, mostrei com base no Projeto Ferro Carajás S11D e seus

desdobramentos, que tais cuidados não vêm sendo aplicados na Amazônia brasileira. Pois, o caminho para o desenvolvimento por meio da extração desenfreada de minério de ferro mostrou-se um engodo.

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo. Agriculture familiale et développement territorial. *Revue de l'Association des ruralistes français*, França, n. 3, 1998, 91 – 111 pp.
- ALMEIDA, Alfredo. Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: Entre “proteção” e o “protecionismo”. *Caderno CRH*, Bahia, v.25, n.64, 2012, 63 – 71 pp.
- AMAZÔNIA, Organização. *CPT. Atlas de conflitos na Amazônia*. Ed.1, São Paulo, Editora Entremares, 1 – 106 pp.
- ARAÚJO, Marlon; BELO, Patrícia. Grandes projetos minerários e comunidades tradicionais na Amazônia: impactos e perspectivas. *Rev. Pol. Públ. São Luis*, v. 13, n. 2, 2009, 265 – 277 pp.
- BERMANN, Célio; DOMINGUES, Mariana. O arco de desflorestamento na Amazônia: da pecuária à soja. *Revista ambiente & sociedade*, Campinas, v.15, n.2, maio/agosto/2012, 1 – 22 pp.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Conflitos no Campo 2012. CPT: Goiânia, abr. 2013a
- FAUSTINO, Cristiane; FURTADO Fabrina. Mineração e Violações dos direitos: O Projeto Ferro Carajás S11D, da Vale S.A. Açailândia, 2013, 1 – 129 pp.
- FERREIRA, Leandro; VENTICINQUE, Eduardo; ALMEIDA Samuel. O desmatamento na Amazônia e a importância das áreas protegidas. *Estudos Avançados*, São Paulo, 19, n.53, Maio/agosto/2005, 157 – 166 pp.
- FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Ed.5, Rio de Janeiro, Contraponto, julho/2016, 81 – 143 pp.
- JUNIOR, Armando; SILVA, Fábio. Expropriação de terras e exclusão social na Amazônia Mato-Grossense. *Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*, Macapá, v.8, n.2, julho/dezembro 2015, 87 – 117 pp.
- LOUREIRO, Violeta. Conflito de terra Amazônia: estado, homem e natureza. Ed 3, Belém, Cultura Brasil, 2014, 1 – 398 pp.
- LOUREIRO, Violeta; PINTO Jax. A questão fundiária na Amazônia. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.19, n.54, maio/agosto/2005, 77 – 98 pp.
- MALHEIRO, Bruno. *O que é a Vale em Carajás? Geografias de exceção e r-existência pelos caminhos do ferro na Amazônia*. 2019. Tese (doutorado em geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.
- NOGUEIRA, Alexandre; PENHA, Luciano. Os impactos do desenvolvimento nas áreas de influência da Estrada de Ferro Carajás. *InterEspaço*, Maranhão, v.1, n.1, jan/jun 2015, 212 – 225 pp.
- Notícias conflitos no campo. Comissão Pastoral da Terra: Massacres no Campo, Amazônia. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo>>. Acesso em: 2019.
- PALHETA, João e tal. Conflitos pelo uso do território na Amazônia mineral. *Mercator*, Fortaleza, v.16, n.16023, 2017, 1 – 18 pp.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos. Amazônia encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso. *Novos Cadernos NAEA*, Pará, v.21, n. 3, 2018, 9 – 111 pp.
- RAMOS, Pedro. Propriedade, estrutura fundiária e desenvolvimento (rural). *Estudos Avançados*, São Paulo, v.15, n.42, 2001, 141 – 156 pp.
- Reféns da riqueza de nossa terra: os impactos da mineração sobre as comunidades. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no campo Brasil*, 2010. Goiânia: CPT, 2011. pp. 65-74

- SANTOS, Sanmarie. *Conflitos agrários decorrentes da mineração: um estudo do projeto Ferro Carajás S11D em Canaã dos Carajás/Pará*. 2017. Dissertação (mestrado em Direito) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.
- SAUER, Sérgio; PIETRAFESA, José. Novas fronteiras agrícolas na Amazônia: expansão da soja como expressão das agroestratégias no Pará. *Revista ACTA Geográfica*, Boa Vista, v. especial, novembro/2013, 245- 264 pp.
- SILVA, Kmila; LAUDARES, Sarita; BORGES, Luís. Cadastro ambiental rural: uma análise da nova ferramenta para regulamentação ambiental no Brasil. *Desenvolvimento e meio ambiente*, Paraná, v. 31, agosto/2014, 111 – 122 pp.
- SVAMPA, Maristella. La disputa por el desarrollo: territorio, movimientos de carácter socio-ambiental y discursos dominantes. IN: *Cambio da época: Movimientos sociales y poder político*, ed.1, Buenos Aires, Siglo Veintiuno Editores, 2008, 63 – 102 pp.
- TOURNEAU, François-Michel; BURSZTYN, Marcel. Assentamentos rurais na Amazônia: contradições entre a política agrária e a política ambiental. *Revista ambiente & sociedade*, Campinas, v.13, n.1, janeiro/junho/2010, 111 – 130 pp.
- TRINDADE, José; COONEY, Paul. Empresas, transnacionais, territorialidade e impactos ambientais na região amazônica oriental brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, XXIV, 2019. Vitória. *Caderno de Resumos...* Vitória: SEP, 2019. 144 pp.

Submetido em: 13/07/2020

Aceito em: 27/12/2021